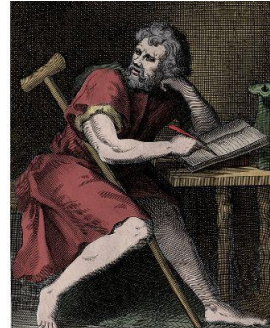


ISSN: 2176-5960

Προμηθεύς

Journal of Philosophy

n. 50, Janeiro-Abril 26



O ESTOICISMO E O *MANUAL DE EPICTETO* NAS LIÇÕES

SOBRE A HISTÓRIA DA FILOSOFIA DE HEGEL

STOICISM AND EPICTETUS' HANDBOOK IN HEGEL'S LECTURES ON THE HISTORY OF PHILOSOPHY

Sabrina Paradizzo Senna⁵⁴

RESUMO: Este artigo analisa a interpretação de G. W. F. Hegel acerca do estoicismo nas *Lições sobre a História da Filosofia*, especialmente o lugar ocupado pelo *Manual de Epicteto*. Partindo da ideia hegeliana do estoicismo como uma forma de dogmatismo do entendimento, se analisa a centralidade da autoconsciência e da liberdade interior na filosofia estoica, bem como o processo pelo qual, no contexto do mundo romano, a filosofia perde seu interesse especulativo e assume uma orientação predominantemente parenética. O *Manual de Epicteto* é apresentado, na leitura de Hegel, como o ápice desse deslocamento da investigação conceitual para a exortação moral e a formação do caráter. O artigo mostra ainda como essa mesma caracterização se estende a autores como Sêneca e Marco Aurélio, nos quais a filosofia se consolida como exercício interior e disciplina da vontade, se afastando progressivamente da função científica que marcava o estoicismo grego.

PALAVRAS-CHAVE: Hegel; Estoicismo; Epicteto; *Manual (Encheiridion)*; Parênese.

ABSTRACT: This article analyzes G. W. F. Hegel's interpretation of Stoicism in the *Lectures on the History of Philosophy*, with particular attention to the role of Epictetus' *Manual (Encheiridion)*. Starting from Hegel's conception of Stoicism as a form of dogmatism of the understanding, the paper examines the centrality of self-consciousness and inner freedom in Stoic philosophy, as well as the process through which, in the context of the Roman world, philosophy loses its speculative interest and adopts a predominantly parenetic orientation. In Hegel's reading, Epictetus' *Manual* represents the culmination of this shift from conceptual investigation to moral exhortation and character formation. The article further shows how this same characterization extends to authors such as Seneca and Marcus Aurelius, in whom philosophy becomes consolidated as an interior exercise and a discipline of the will, progressively distancing itself from the scientific function that characterized Greek Stoicism.

KEYWORDS: Hegel; Stoicism; Epictetus; *Manual (Encheiridion)*; Parenesis.

⁵⁴ Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra, bacharela e licenciada em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do GT Hegel, da Sociedade Hegel Brasileira e do Grupo de Estudos sobre Hegel.

É importante iniciarmos chamando atenção para os conceitos de Dogmatismo e Ceticismo, nome que Hegel dá para a seção onde se encontra sua análise sobre o estoicismo, e, especificamente, sobre Epicteto. Dogmatismo e ceticismo não são atitudes psicológicas e nem mesmo disposições existentes de forma subjetiva nos filósofos, elas são posições conceituais no desenvolvimento do saber. Significa que dogmatismo e ceticismo, na leitura de Hegel, são categorias lógicas e históricas do próprio filosofar, ou seja, ambas só podem ser compreendidas através de sua função no movimento interno do próprio pensamento. Isso tudo quer dizer que não são simplesmente escolas opostas entre si, mas são momentos necessários dentro do desenvolvimento do pensamento ao qual os filósofos se posicionam de forma conceitual. Hegel rejeita qualquer interpretação dessas correntes que tenham um tipo de caráter moralizante ou mesmo psicológico, para ele são posições que expressam a necessidade entre pensamento, princípio e verdade, ou seja, um momento necessário no desenvolvimento do pensamento.

O dogmatismo se caracteriza como a identificação imediata entre critério e princípio. O critério funciona como uma espécie de meio que justifica o que é verdadeiro e assim é absolutizado como sendo o princípio originário do saber. Significa que uma determinação isolada do pensamento acaba sendo tomada como o fundamento último, sem nenhum tipo de exame ou investigação sobre a sua legitimidade. Ou seja, o que se tem é um único fundamento último que é uma determinação específica e isolada da qual não há nenhuma investigação sobre a sua veracidade, inevitavelmente se cai numa unilateralidade, quer dizer, um momento parcial da totalidade que é tomada como a condição de absoluto.

Hegel não diz que o dogmatismo erra quando está fazendo uma afirmação sobre algo, o erro, para ele, está no fato dessa afirmação de algo ser feita como fixo, ou seja, sem a mediação com o todo, com a totalidade. Esse modo de agir do dogmatismo é uma forma de pensamento do entendimento (*Verstand*). Conforme Hegel:

Isso dá origem ao chamado Dogmatismo. A questão principal, porém, é agora a do critério. A grandeza especulativa de Platão e Aristóteles já não está mais presente; se trata, antes, de um filosofar do entendimento. O princípio é abstrato e, por isso, é um princípio do entendimento (1986, p. 250, *nossa tradução*).

O pensamento do entendimento funciona por meio de determinações que são rígidas e também separadas, sem nenhuma capacidade de apreender o movimento imanente do conceito. Hegel está mostrando que o pensamento do dogmatismo é um pensamento do entendimento porque o entendimento funciona com determinações fixas, com separação de termos, com oposições rígidas e coloca conceitos como identidades estáveis⁵⁵. Importante ressaltar que Hegel não rejeita o entendimento, esse momento é completamente indispensável para que se comece a pensar, o problema é que o pensamento não para no entendimento, ele deve avançar, e quando ele para nessa etapa, ele se torna dogmático⁵⁶.

Hegel afirma que é justamente desse comportamento unilateral do dogmatismo que surge o ceticismo. Para Hegel “a dialética do ceticismo [é] a percepção da unilateralidade desse princípio e, com isso, do princípio em geral enquanto dogmático” (1986, p. 250, *nossa tradução*). Essa afirmação é muito importante porque Hegel não entende o ceticismo como uma simples posição exterior ou destrutiva ao dogmatismo, mas o ceticismo é justamente o negativo necessário do dogmatismo. Significa que ao desenvolver critérios contrários ao do dogmatismo, o ceticismo não nega a verdade em geral, mas mostra e nos revela a insuficiência dos princípios que foram tomados como absolutos sem nenhuma justificação ou investigação pelo dogmatismo. O grande ponto do ceticismo é mostrar que todo critério que foi afirmado dogmaticamente (sem justificação) pode ser colocado em questão, expondo a contradição interna de um saber

⁵⁵ Exemplo para melhor ilustração: as operações do entendimento são: verdadeiro x falso; ser x não ser; é como se ele funcionasse através do OU OU e não TANTO QUANTO. Logo, o entendimento não tem um meio termo, uma mediação ou mesmo um movimento, ele é rígido e fixo através de oposições que não dialogam entre si, é isso ou aquilo. O dogmatismo isola uma determinação, fixa ela como absoluta e não faz nenhuma investigação sobre ela e nem mesmo sobre suas mediações.

⁵⁶ É interessante notarmos que Hegel chama atenção para a questão do movimento, um conceito, para ele, nunca pode ser verdadeiro se tiver uma definição fixa, um princípio que é dado e fica rígido. O conceito é movimento que se desenvolve partindo de si mesmo, por meio das tensões e contradições que o próprio conceito produz, significa que há um movimento extremamente necessário, mas que não vem de fora, de nada externo, é o próprio conceito que faz o movimento. O problema de permanecer no entendimento é justamente porque o entendimento só vê o final, não analisa o processo, não integra a contradição interna, não quer a instabilidade do movimento. É como se o entendimento quisesse afirmar que ser é igual a ser e nada é igual a nada, mas o que Hegel diz é que não pode ser rígido e fixo assim, existe o ser, o nada e também o devir que é o resultado dessa integração e isso não pode ser negado. O entendimento não quer assumir que algo pode ser e não ser ao mesmo tempo, mas Hegel afirma que essa aparente contradição é o motor conceitual. Logo, quando o dogmatismo fixa um momento conceitual e trata ele como único e definitivo, não tem movimento, e para Hegel isso é uma absolutização de princípio, uma confusão entre critério e fundamento e a própria produção da unilateralidade. Hegel afirma que esse modo de agir possui um conceito morto, não vivo, estático, ele quer dizer que o verdadeiro não é um ponto fixo específico, mas é um processo. A verdade não está dada no mundo, mas ela é produzida no mundo. O ceticismo vem como necessário justamente porque vai atacar todas essas fixações propostas pelo dogmatismo, dissolvendo os princípios encarados como absolutos e trazendo de volta a negatividade até então ignorada.

que está pretendendo se fundar em algo que é muito imediato. O ceticismo se torna assim, um momento extremamente essencial para o processo de conhecimento, já que é o responsável pela dissolução da pretensão de validade absoluta das determinações finitas dogmáticas.

Para Hegel, um exemplo dessa crítica na história é a Nova Academia⁵⁷, interpretada por ele como sendo essencialmente cética. A Nova Academia não tem uma leitura da qual reduz tudo a um relativismo ou então a uma suspensão arbitrária dos juízos, mas sim, representa a negatividade sistemática contra os critérios dogmáticos das escolas precedentes a ela. Significa que o ceticismo dessa escola não está no ato de uma simples recusa do saber, mas está na insistência de que nenhum princípio isolado pode se sustentar como sendo o fundamento último da verdade. A Nova Academia desempenha um papel e uma função muito importantes no desenvolvimento do pensamento antigo, porque ela torna visível e óbvia a necessidade que existe de superar o dogmatismo e o próprio ceticismo enquanto posições fixas, e assim, ela abre caminho para uma concepção que Hegel entende como sendo mais elevada do saber até então.

Hegel está fazendo essa análise porque compreende que o problema filosófico fundamental desse momento histórico é justamente o confronto existente entre o dogmatismo e o ceticismo, ou seja, como é possível pensar a verdade sem absolutizar de forma unilateral um único princípio e também sem dissolver a verdade numa negatividade infinita de dúvidas. Essa oposição, na visão de Hegel, não é resolvida de forma externa entre oposições, mas é uma exigência de superação especulativa, ou seja, essa oposição não se resolve simplesmente escolhendo um lado e nem mesmo fazendo uma mistura de posições ou um meio termo entre elas, essa oposição é superada dentro do próprio pensamento. A oposição passa pelo *Aufhebung*, é negada como oposição rígida, conservada em seus momentos e elevada a um nível conceitual mais rico, transformando a forma da oposição. Assim, o ceticismo não é um erro ao qual devemos deixar de lado, mas ele ajuda a mostrar a unilateralidade de princípios e a dissolver essas falsas absolutizações. O negativo cético se torna uma força interna do conceito porque o conceito que é verdadeiro carrega sua própria negatividade, quebra a fixidez e a absolutização do dogmatismo. Depois do movimento do *Aufhebung*, não temos mais um

⁵⁷ Hegel trata da Nova Academia dentro da seção Dogmatismo e Ceticismo, pois para ele, o período dos filósofos Arcesilau (c. 316–241 a.C.) e Carnéades (c. 214–129 a.C.) que eram herdeiros da academia de Platão, foi marcado por um distanciamento das ideias e investigações do próprio Platão, os levando a uma filosofia mais cética.

princípio que é pressuposto ou dado de forma imediata, mas sim produzido, o que há é o resultado do movimento do pensamento. Quer dizer que a verdade não está no começo, não está em uma única definição fixa e nem mesmo em algum critério isolado, mas está no processo, no percurso, no movimento do caminho, na mediação, no próprio desenvolvimento do conceito. Assim, para Hegel, o conflito entre dogmatismo e ceticismo não se resolve por meio de uma conciliação externa, mas sim pela própria superação especulativa na qual a negatividade cética se integra ao movimento do conceito, desfazendo o princípio como fundamento fixo dogmático e seja compreendido como sendo o resultado da atividade racional. O *Aufhebung* de Hegel interpreta o ceticismo como um momento interno do conceito, transformado também o princípio dogmático de um princípio pressuposto dado imóvel e fixo num resultado que é mediado pelo próprio movimento do pensamento.

Hegel reconstrói essa oposição entre dogmatismo e ceticismo não meramente como conteúdos filosóficos diferentes, mas tentando mostrar uma limitação mais profunda, a limitação da forma do pensamento dessas posições. Ambas ficam presas a um mesmo horizonte do entendimento, onde a verdade é pensada partindo de critérios fixos e externos ao movimento do próprio conceito. Significa que o ceticismo não supera totalmente de forma especulativa o dogmatismo, porque sua negação ainda se refere apenas a princípios e não a gênese imanente. Assim, a insuficiência das filosofias dogmáticas e céticas não estão exatamente no seu conteúdo, mas na forma de pensar que estruturam essas correntes e não conseguem alcançar um nível de especulação. Hegel as chama de *Filosofias do Entendimento* (1986, p. 250), onde o filosofar parte do entendimento.

Como já vimos, esse filosofar é caracterizado por uma fixação abstrata de determinações, pela operação com princípios isolados, que são entendidos como os fundamentos últimos. Separa de forma rígida, estabelece distinções, não consegue pensar o movimento que gera essas distinções. Por isso seus princípios aparecem como dados, pressupostos e não como resultados do desenvolvimento do pensamento. A verdade é conformidade e está previamente estabelecida, e não é como uma imanência do conceito. O entendimento não suporta a negatividade interna, o confronto com a contradição, o critério da verdade conduz a absolutização de um princípio unilateral, no dogmatismo. O que há é uma sucessão de posições dogmáticas com afirmações isoladas aparentando ser o todo. O que falta a essa filosofia do entendimento é o movimento imanente do conceito,

é acompanhar o processo do conceito. Por isso, Hegel afirma que o fixo é a morte da especulação (1986, p. 253), porque sempre que uma determinação é tomada como definitiva, o pensamento se torna fixo, imóvel. Mas a especulação exige mobilidade interna, exige a capacidade de sustentar a contradição e reconhecer o negativo como um momento que constitui a verdade. Enquanto isso, o entendimento só conhece o negativo como exclusão e não como mediação.

Por esse motivo, para Hegel, as filosofias que possuem grande rigor lógico e dialético como o estoicismo e principalmente sua sistematização por Crisipo, acabam por permanecer como filosofias do entendimento e não de especulação. Essa dialética é técnica, classificatória e orientada para fixação de determinações, mas nunca orientada pelo movimento do conceito, sendo assim, há uma relação, uma coerência e uma ordenação, mas não há verdade em sentido especulativo. O princípio nessas filosofias permanece imóvel, o seu conteúdo é subsumido de forma externa e a negatividade não é integrada como uma força interna do pensamento. Temos como resultado, segundo Hegel, uma filosofia que é formalmente consistente, mas que é incapaz de produzir saber de forma verdadeiramente científica (como ciência - *Wissenschaft*).

Nessas filosofias, o princípio é como algo fixo e formal, não se justificando pelo movimento que é imanente ao próprio conceito, sendo assim, a verdade não está na objetividade da Ideia, mas sim no sujeito que se conforma ao princípio. Ou seja, a especulação fracassa nesse cenário porque não há uma verdadeira reconciliação elevada entre sujeito e objeto, mas sim uma interiorização da liberdade, onde a satisfação é buscada exclusivamente na autoconsciência⁵⁸. Esse ponto de vista é justamente o que há de comum no estoicismo, no epicurismo e no ceticismo.

Se o princípio é apenas formal ele não consegue se sustentar como sendo verdade objetiva. A verdade não é algo em si, mas é algo ao qual o sujeito se conforma. Segundo Hegel, esse deslocamento mostra que não está mais em questão a liberdade enquanto

⁵⁸ “Uma outra consequência desse filosofar é que o princípio, enquanto formal, era subjetivo; e com isso assumiu o significado essencial da subjetividade da autoconsciência (*Selbstbewußtsein*). Em razão da apreensão formal e externa da multiplicidade em geral, o ponto mais elevado em que o pensamento se encontra de modo mais determinado é a autoconsciência. A todas essas filosofias é comum ter como princípio a relação pura da autoconsciência consigo mesma. A Ideia se encontra satisfeita apenas nela — assim como o formalismo do entendimento da chamada filosofia atual, encontra sua realização, enquanto o concreto, por outro lado, é buscado no coração subjetivo, no sentimento interior, na crença.⁵⁸ A natureza e o mundo político são, é verdade, também concretos, mas um concreto externo; o concreto próprio, porém, não está na Ideia universal determinada, mas apenas na autoconsciência, no que lhe é próprio” (HEGEL, 1986, p. 251, *nossa tradução*).

realização objetiva no mundo, mas sim, de uma liberdade interior do sujeito. A satisfação está no fato de que nada afeta o sujeito essencialmente, ele permanece independente frente a toda determinação externa.

A verdade assume a forma do meu, ou seja, o que é verdadeiro é aquilo que coincide com a minha autoconsciência. O sujeito reconhece aquilo que é imediatamente seu, o que é objetivo é contingente, indiferente e até mesmo hostil. Hegel chama esse fato de solidão do pensar, a “autoconsciência vive na solidão de seu pensar e encontra aí sua satisfação” (1986, p. 252), quer dizer que o espírito encontra sua satisfação fora da objetividade e se volta para si mesmo rompendo com qualquer mediação viva entre universal e particular, como acontecia na eticidade da Grécia Antiga. Resumidamente, a liberdade não consiste em se realizar no mundo, mas sim, em se tornar imune a ele. São formas de subjetivismo que identificam a verdade com o sentimento ou com a interioridade vivida. Nessas filosofias como a do estoicismo e do epicurismo, a verdade é buscada na certeza subjetiva e não no conceito que se desenvolve de forma objetiva. O resultado, para Hegel, acaba sendo o de uma filosofia da consolação interior, filosofias que não são capazes de produzir um saber especulativo. O que há é uma liberdade subjetiva, onde o sujeito é livre apenas na medida em que se separa do mundo, e não por conta de uma reconciliação consigo mesmo⁵⁹. Esse limite impede essas filosofias de ultrapassarem a liberdade abstrata e alcançarem uma razão especulativa.

É importante ressaltar que esse processo não é simplesmente uma opção teórica dessas filosofias, nem mesmo como uma falha dos filósofos. Para Hegel, esse movimento representa uma transformação da realidade histórica, ou seja, esse movimento é parte fundamental, é necessidade histórica do espírito. A interiorização da liberdade é uma resposta do espírito a um mundo no qual a objetividade perdeu sua forma ética viva. É aqui que Hegel faz uma consideração sobre o mundo romano, sobre a cisão que existe

⁵⁹ “No pensamento — no sentido habitual — nós nos representamos sempre algo que não é simplesmente pensamento puro, porque se visa por meio dele a um pensado cujo conteúdo é algo empírico. Na lógica, os pensamentos são apreendidos de modo que não tenham nenhum outro conteúdo a não ser o conteúdo pertencente ao pensar mesmo, e produzido por ele. Os pensamentos são assim pensamentos *puros*. Desse modo o espírito esta puramente junto de si, e por isso, livre; pois a liberdade é justamente isto: estar junto de si mesmo no seu Outro; depender de si, ser o determinante de si mesmo. Em todos os impulsos, eu parto de um Outro, de uma coisa que para mim é algo exterior. Aqui então falamos de dependência. Liberdade só existe ali onde para mim não há nenhum Outro que não seja eu mesmo. O homem natural, que só é determinado por seus impulsos, não está junto de si: por mais caprichoso que seja, o *conteúdo* do seu querer e de seu opinar não é conteúdo próprio seu, e sua liberdade é uma liberdade apenas *formal*. Ao pensar, eu renuncio a minha particularidade subjetiva, aprofundo-me na Coisa, deixo o pensar atuando por si mesmo; e eu penso mal, quando acrescento algo meu” (Hegel, 1995, p. 80, § 24 – adendo 2).

entre universal e particular que se efetivou na própria estrutura da vida social, para assim entendermos por que a filosofia se assume como figura de refúgio interior.

Na desgraça da realidade, o homem é impelido para dentro de si e deve ali buscar a unidade que não pode mais encontrar no mundo. O mundo romano é o mundo abstrato — um domínio, um senhor sobre o mundo cultivado. A individualidade dos povos foi suprimida; um poder estranho, um universal abstrato, pesou sobre o indivíduo. Em tal estado de cisão, era uma necessidade buscar e encontrar satisfação. Assim como aquilo que era válido era uma vontade abstrata, também a vontade individual do senhor do mundo era abstrata, assim o princípio interno do pensamento deveria ser igualmente abstrato, capaz de produzir apenas uma reconciliação formal e subjetiva. Roma possui apenas o princípio da dominação abstrata; ao espírito romano só podia, portanto, convir um dogmatismo, construído sobre um princípio edificado e validado pela forma do entendimento (Hegel, 1986, p. 252-253, *nossa tradução*).

Hegel entende o mundo romano como o reino do universal abstrato, bastante diferente da pólis grega onde havia o universal se realizando como eticidade concreta⁶⁰, Roma tem um universal que se impõe de forma externa aos indivíduos, ou seja, um universal que assume a forma de direito abstrato, do império e da dominação. Significa que é válido para todos, mas que não é vivido por ninguém, porque não é uma verdadeira expressão da própria substância do espírito, é como uma imposição externa.

Não há a verdadeira eticidade, esta está perdida, pois o indivíduo não se reconhece na objetividade do Estado e muito menos na ordem do mundo, o universal só aparece como potência estranha, fria e coerciva. Isso quer dizer que o cidadão romano é livre de forma formal, mas em substância é separado da totalidade ética. Essa cisão não é jurídica ou política, mas sim uma cisão do espírito, isso significa que a vida social em comunidade não tem mais sentido para o sujeito, nem mesmo transmite a sensação de pertencimento e nem de reconciliação. Assim, a filosofia nesse momento histórico não tem condições de se realizar como ciência especulativa nem mesmo como pensamento da totalidade objetiva, ela se torna assim uma substituta da religião. A religião tradicional acaba perdendo a sua força de integração e deixa de orientar existencialmente os indivíduos, e assim a filosofia ocupa esse lugar vazio, oferecendo aos homens uma forma de salvação interior. Para Hegel, o estoicismo, o epicurismo e o ceticismo são filosofias que

⁶⁰ Unidade viva entre indivíduo, comunidade, direito, religião e vida ética.

funcionam dessa maneira, as chamadas filosofias da consolação, que não transformam em nada o mundo, mas sim, tem como função ensinar a suportar o mundo.

Interessante que Hegel analisou a relação que essas filosofias tinham com o cristianismo. Ambas pregam uma reconciliação que não acontece no mundo objetivo, na realidade concreta do mundo, mas sim, na própria interioridade do sujeito. Quer dizer que a salvação é algo individual, a liberdade é do interior, e a relação com o todo universal é referente a consciência, e não realizada por meio da vida ética concreta. O cristianismo não é capaz de alcançar a reconciliação efetiva entre Deus e o mundo, bem como essas filosofias continuam presas na abstração, e não são capazes de produzir uma racionalidade verdadeiramente concreta.

Importante ressaltar que Hegel entende esse caráter não especulativo do estoicismo, do epicurismo e do ceticismo não como simplesmente uma limitação teórica, mas como a expressão necessária do espírito do tempo dessa determinada época e contexto histórico. Hegel compreende que nesse momento a objetividade como vida ética está morta e por isso não pode ter razão especulativa, ela não consegue surgir e vir à tona porque o contexto histórico limita esse movimento. O que existe são formas, modos de pensar que não superam, mas administram a cisão, proporcionando ao sujeito uma liberdade negativa e interior. A filosofia nesse momento da história não consegue criar um mundo racional, o que ela faz é ensinar os sujeitos a viverem num mundo que já se tornou e se apresenta como abstrato.

Hegel compreende que a resposta possível e necessária para esse momento histórico do mundo romano da abstração, era a interiorização da liberdade bem como a transformação da filosofia numa espécie de consolação, e a resposta mais rigorosa e sistemática é encontrada no estoicismo. O estoicismo ocupa o lugar mais privilegiado nesse período, na visão de Hegel, justamente porque a liberdade interior, para os estoicos, não fica na imediatidade de uma vida simples, mas ela é elevada para fora do pensamento. Hegel entende essa postura como um modo exemplar de força e o limite da solução filosófica desse momento histórico.

Hegel afirma que o estoicismo é uma continuação e uma superação formal do cinismo. O cinismo pregava a simplicidade como um modo de vida imediato, vivendo conforme a natureza, reduzindo as necessidades, rejeitando as convenções sociais e conservando uma existência exterior de forma simples, essa simplicidade toda está ligada

a imediatidade do indivíduo, ou seja, ao modo como ele vive e não no modo de pensamento. Significa que o cinismo é uma simplicidade vivida sem nenhuma mediação conceitual.

O estoicismo aparece inicialmente como contraponto e aperfeiçoamento do cinismo. O cinismo estabelece como essência para a consciência ser imediatamente, isto é, ser enquanto consciência natural. A simplicidade é aqui a naturalidade simples, a imediatidade do indivíduo, o fato de que ele seja para si e, no movimento múltiplo do desejo, do gozo, do considerar muitas coisas como essenciais e do agir em função disso, conserve essencialmente uma vida exteriormente simples. O estoicismo eleva essa simplicidade ao pensamento; e não é mais a naturalidade imediata que constitui o conteúdo e a forma do verdadeiro ser da consciência, mas sim o fato de que a racionalidade da natureza é apreendida pelo pensamento — na medida em que algo é verdadeiro ou bom apenas enquanto se mantém na simplicidade do pensamento (HEGEL, 1986, p. 261-262, *nossa tradução*).

O que o estoicismo faz é elevar a simplicidade do cinismo ao pensamento. Quer dizer que a simplicidade não é somente um modo de vida exterior, mas agora é também uma forma universal do que é verdade, ou seja, o sujeito é livre não porque vive a vida de um modo simples, mas sim porque pensa de um modo simples. A verdade não se encontra mais na existência empírica, mas agora na forma do *logos*. Significa que o estoicismo traz uma mudança importante, a liberdade se torna independência do mundo exterior aderindo ao pensamento universal. Esse *logos* é tido como o princípio absoluto e tudo que será entendido como verdadeiro ou como bom é aquilo que é conforme ao pensamento racional. Para Hegel, o estoicismo não é uma ciência concreta da natureza, mas a natureza só tem valor quando pensada e subsumida ao universal. Significa que a natureza é racional só na medida em que esteja conforme ao pensamento e não como uma realidade concreta de forma efetiva.

O estoicismo, na leitura de Hegel, não entende o *logos* como simplesmente a faculdade do pensar, mas sim como o princípio absoluto, ou seja, o critério de verdade e de bom não pode ser encontrado nas experiências sensíveis e nem mesmo nas coisas concretas em si, mas se encontra na conformidade com o pensamento racional. Algo é verdadeiro ou algo é bom não porque são por eles mesmos, mas sim pelo fato de corresponderem ao *logos*. Esse *logos* funciona como critério normativo absoluto. A natureza só possui valor quando subsumida ao universal do pensamento, quer dizer que

ela é racional só enquanto coincide com o *logos*, fora da conformidade ela perde sua relevância filosófica. Resumidamente, há uma importante inversão, o pensamento não aprende com o movimento do real, mas sim o real é avaliado a partir do pensamento.

Hegel não vê problema em afirmar que a razão governa a realidade, tendo em vista que essa afirmação ele mesmo faz, o problema para ele é que o estoicismo não vê a racionalidade se realizando como efetividade na realidade, como uma unidade viva entre conceito e realidade. A natureza para os estoicos é só enquanto objeto de pensamento universal e não possui nenhuma espécie de autonomia conceitual. A grande questão para Hegel está na ideia de que se a natureza só vale conforme ao pensamento, o mundo exterior perde seu valor próprio, é como se o sujeito não precisasse se reconciliar com a realidade, porque o que é suficiente nesse cenário é se manter fiel ao *logos*. Quando os estoicos falam em ser livre em qualquer condição externa ou que escravidão, dor e pobreza são indiferentes⁶¹, estão dizendo que a liberdade que importa é a interior e não precisam se deixar ser afetados pela realidade. Só que essa liberdade que é interna não transforma em nada o mundo, não compreende o mundo na sua realidade efetiva, a sua única função é se proteger.

Por conta disso, Hegel entende o estoicismo como uma filosofia profundamente dogmática, porque o estoicismo absolutiza um único princípio, que é o pensamento universal, e transforma ele em um critério exclusivo da verdade. Ou seja, tudo aquilo que é singular, sensível e particular só tem validade se se submeter a esse princípio. No entanto, o pensamento continua abstrato, porque ele não desenvolve a diferença de modo interno, mas continua idêntico a si mesmo e indiferente ao conteúdo. E é aqui está o limite do estoicismo. Por mais que ele organize, classifique e sistematize, o estoicismo não cria nenhum conteúdo especulativo novo. O pensamento estoico não é enriquecedor quando

⁶¹ Na doutrina estoica, a afirmação de que o sábio é livre em qualquer condição externa se fundamenta na distinção entre aquilo que depende de nós e aquilo que não depende de nós, bem como na classificação dos bens externos como indiferentes (*ἀδιάφορα*). Escravidão, dor, pobreza, doença ou honra não são considerados bens ou males em sentido próprio, pois não afetam a virtude, que é o único bem verdadeiro. Assim, a liberdade estoica não consiste na ausência de condicionamentos externos, mas na autonomia interior da razão, que não concede assentimento (*συγκατάθεσις*) às representações que atribuem valor absoluto ao que é externo. Essa posição é formulada de modo paradigmático por Epicteto, para quem “não são as coisas que perturbam os homens, mas as opiniões que eles formam sobre as coisas” (*Ench.* 5), bem como pela distinção inicial entre o que está e o que não está sob nosso encargo (*Ench.* 1). Também Diógenes Laércio (VII, 101–103) registra que os estoicos chamam de indiferentes tudo aquilo que não contribui nem para a virtude nem para o vício, ainda que reconheçam entre eles certos indiferentes “preferíveis” e “não-preferíveis”. É nesse sentido que a liberdade estoica deve ser compreendida como independência da autoconsciência racional frente à realidade externa, e não como negação empírica das condições concretas da existência.

se refere a razão especulativa, ele só ordena aquilo que é dado pelo princípio fixo. Para Hegel, é justamente por isso que a filosofia estoica é uma filosofia do entendimento e não da razão. O conceito não se move e nem mesmo se autodiferencia, não produz nenhuma totalidade concreta verdadeira.

O estoicismo traz consigo a realização da liberdade interior medida pelo pensamento, mas, pagando um alto preço, de uma abstração radical. O sujeito possui uma independência formal em relação ao mundo, mas não reconcilia sujeito e objetividade. A liberdade que o estoicismo alcança é a negativa, ou seja, ser livre frente ao mundo. Para Hegel, o estoicismo expressa a insuficiência da solução filosófica do espírito romano. Para Hegel, apesar das diferenças doutrinárias entre estoicismo, epicurismo e ceticismo, elas possuem um resultado comum. Essas filosofias são unidas não pelo conteúdo de seus princípios, mas sim, pelo tipo de liberdade que as três escolas produzem.

O ponto de encontro entre os estoicos, os epicuristas e os céticos é a busca pela *ataraxia*, pela imperturbabilidade frente ao mundo. Essa *ataraxia* não é um estado psicológico, mas uma forma existencial da liberdade que é própria desse momento histórico. Significa dizer que o sujeito é livre, mas na medida em que não se deixa ser afetado por nada que é externo, o sujeito não se deixa determinar pelo prazer e nem mesmo pela dor e nem pelas contingências da realidade.

A liberdade dessas filosofias é negativa. Não é realização do espírito no mundo, mas sim se manter firme e intacto frente ao mundo. Significa que o sujeito não transforma a objetividade e nem mesmo se reconcilia, mas o sujeito se retira para si mesmo e encontra sua satisfação na interioridade abstrata. A independência que essas filosofias tanto buscam é perante sua relação ao mundo e não sua liberdade no mundo. Por isso, Hegel afirma que apesar das diferenças doutrinárias, o ideal compartilhado por elas é o mesmo. O estoicismo alcança a liberdade na identificação com o pensamento universal, enquanto o epicurismo alcança pela redução das necessidades e na moderação do prazer, e o ceticismo através da suspensão de todo juízo e pela dissolução de qualquer critério que seja fixo. Independentemente do que ela alcança, o resultado é igual em todas, o sujeito se torna um alguém indiferente à realidade objetiva, o mundo perde força sobre o espírito.

Por isso, Hegel já afirmava que esse tipo de filosofia passa a ter como função um refúgio interior, uma fuga para dentro de si mesmo. Nesse momento histórico temos uma realidade que é marcada pela abstração do poder, pela dominação jurídica e pela perda da

vida ética concreta, nesse cenário todo, o sujeito não consegue encontrar o lugar da sua realização no mundo. Daí a filosofia oferece aquilo que a realidade não consegue mais, que é a liberdade, só que nesse contexto liberdade interior, e isso ocorre pela neutralização de todas as determinações externas. Ou seja, é como se na leitura de Hegel, esse momento histórico não desse espaço para a realização da liberdade no mundo concreto, então as filosofias assumem o papel de mostrar que é possível sim ser livre, só que o preço da liberdade é recorrer para dentro de si, interiormente.

A *ataraxia* buscada por essas filosofias é assim conquistada somente à medida que renuncia a objetividade concreta. Hegel afirma que mesmo que essas filosofias sejam realmente filosóficas, elas pertencem a um momento histórico que ele julga ser de decadência da eticidade objetiva. Essas filosofias são respostas verdadeiras para uma situação histórica verdadeira e real, só que elas não conseguem cumprir a razão especulativa, ou seja, o espírito descansa, se retirando do mundo e não se reencontrando nele.

Interessante que Hegel ressalta que essa liberdade negativa, interiorizada, abstrata, tanto dos estoicos quanto dos epicuristas e céticos, é não somente o resultado existencial das três filosofias, bem como é também, o resultado de seu esgotamento. Filosofias que tem sua verdade somente na interioridade e são indiferentes ao mundo não conseguem e não podem ser ciência especulativa, elas se transformam em orientação moral e consolação do sujeito. Por isso, em Roma, começam como filosofias e se convertem em edificação moral. O estoicismo perde seu caráter de *Wissenschaft*, de saber rigoroso. O grande enfraquecimento não é propriamente o conteúdo moral dessa doutrina, mas sua capacidade de operar de forma conceitual. Ou seja, a filosofia não pensa mais o conceito e passa a praticar a conformação da vida aos princípios que já são dados. Significa que o pensamento não se desenvolve, ele só se repete e se aplica e interioriza. Essa mudança representa a transformação da especulação em parênese (*paränetische Wendung*)⁶², quer

⁶² A parênese (*παράνεσις*) se refere, na tradição antiga, ao discurso de exortação moral, cujo objetivo não é investigar ou fundamentar conceitualmente os princípios éticos, mas exortar, aconselhar, consolar, advertir e orientar a conduta do sujeito. Essa diferenciação é formulada de modo particularmente claro por Sêneca nas *Epístolas* 94 e 95, onde ele distingue a parte dogmática da ética (*dogmata*), responsável por estabelecer racionalmente os princípios, da parte parenética ou preceptiva (*praecepta*), voltada à aplicação prática desses princípios na vida cotidiana. Sêneca reconhece a necessidade da parênese para a formação moral, mas insiste que ela é insuficiente sem o fundamento dogmático que a sustenta. É justamente essa inversão que Hegel enxerga no estoicismo romano tardio, onde a filosofia conserva seus conteúdos morais, mas perde a capacidade de desenvolver conceitualmente, se transformando predominantemente em discurso exortativo, retórico e edificante. Nesse sentido, a *paränetische Wendung* afirma Hegel, não é um

dizer que ao invés de investigar o movimento verdadeiro, a filosofia se torna uma espécie de aconselhamento moral que instrui de forma prática como o sujeito tem que se comportar perante o mundo. O discurso dessa filosofia se aproxima mais da retórica e da pregação e perde sua função científica.

Sêneca, Epicteto e Marco Aurélio são figuras centrais desse momento histórico filosófico. Para Hegel, em Epicteto, por exemplo, a filosofia é como uma disciplina interior da vontade, que é voltada para a aceitação racional do destino e para a indiferença em relação as circunstâncias externas. A obra de Epicteto organizada por Arriano, na visão de Hegel, não busca desenvolver conceitos, mas sim está focada na formação de caráter. Hegel entende que essa filosofia é interna e orientada para a prática de uma liberdade interior desconectada de qualquer ambição especulativa. Conforme Hegel:

Posteriormente, vemos a filosofia estoica passar também aos romanos, isto é, se tornar a filosofia de muitos romanos, sem que, porém, essa filosofia tivesse com isso ganhado algo enquanto ciência. Pelo contrário — como em Sêneca e nos estoicos posteriores, como Epicteto e Antonino — o interesse propriamente especulativo se perde inteiramente, e a filosofia assume uma orientação antes retórica e parenética, que igualmente como os nossos sermões não há motivo para fazer menção na história da filosofia. Epicteto, natural de Hierápolis, na Frígia, nascido no fim do século I d.C., foi inicialmente escravo de Epafrodito, que depois o libertou; em seguida, se dirigiu a Roma. Quando Domiciano expulsou de Roma os filósofos, os envenenadores e os matemáticos (94 d.C.), Epicteto se retirou para Nicópolis, no Epiro, onde passou a lecionar publicamente. De suas aulas, Arriano compôs as extensas *Dissertationes Epicteteae* (*As Diatribes de Epicteto*), que ainda possuímos, e, além disso, o *Compêndio* (ἐγχειρίδιον) do estoicismo. O imperador filósofo Marco Aurélio Antonino, governou inicialmente em conjunto com Lúcio Aurélio Vero de 161 a 169 d.C., e depois sozinho, de 169 a 180 d.C.; travou guerras contra os marcomanos. Dele conservamos ainda seus *Pensamentos* (εἰς ἑαυτὸν, βιβλία XII), *Meditationes ad se ipsum*; ele fala ali sempre consigo mesmo. Esses escritos não são de natureza especulativa: o homem deve se formar em todas as virtudes (Hegel, 1986, p. 260-261, *nossa tradução*).

Desse modo, para Hegel, o *Manual de Epicteto* é a expressão mais acabada do deslocamento da filosofia estoica para a parênese. Se trata aqui de um texto propositalmente pequeno, composto por máximas e exortações práticas, cujo objetivo não

empobrecimento ético, mas sim um declínio especulativo, no qual a filosofia deixa de produzir saber (*Wissenschaft*) para se limitar à repetição e interiorização prática de princípios já dados.

é a investigação conceitual, mas sim a formação subjetiva do indivíduo. Ao caracterizar a obra como *Kompendium*, Hegel não se refere apenas à sua brevidade, mas ao fato de que o conteúdo filosófico já se encontra pressuposto e não mais produzido pelo movimento do conceito. O *Manual* não pergunta pelo fundamento do princípio estoico, mas orienta o sujeito a conformar sua vontade a esse princípio. Nesse sentido, Hegel exemplifica o *Manual* como o ápice da transformação da filosofia em orientação moral e de exercício interior, marca do estoicismo romano tardio na leitura hegeliana.

Essa visão hegeliana encontra fundamento no próprio texto do *Manual* e das *Diatribes* de Epicteto, onde a filosofia aparece de forma explícita como uma exortação prática e como uma disciplina da vontade. Já na abertura do *Manual*, por exemplo, Epicteto não introduz uma investigação conceitual, mas sim uma regra de conduta imediatamente aplicável: “Das coisas existentes algumas são encargos nossos; outras não.” (*Ench.* 1). A função dessa diferenciação não é fundamentar teoricamente a liberdade, mas orientar o sujeito a ajustar sua atitude interior diante do mundo, conduzindo o sujeito à imperturbabilidade. Do mesmo modo, em outra máxima central, Epicteto afirma: “As coisas não inquietam os homens, mas as opiniões sobre as coisas” (*Ench.* 5). Tais afirmações não são desenvolvidas conceitualmente, nem submetidas a um exame dialético, mas sim postas como princípios normativos que devem ser interiorizados e praticados. O discurso filosófico opera aqui como instrução moral, voltada à transformação do caráter e não à produção de conhecimento especulativo. Essa orientação se torna ainda mais evidente nas *Diatribes*, cujo gênero literário se distancia radicalmente do modelo dialógico clássico. Ao invés de diálogos investigativos, como os de Platão, nos quais a dialética leva o interlocutor à explicitação conceitual do objeto (o que é a justiça, a virtude ou o bem), Epicteto recorre aos discursos diretos, as interpelações, aos exemplos cotidianos e as advertências morais. Desse modo, se pode dizer que, para Hegel, a grande pergunta da *Diatribes* I, não é “o que é o bem?”, mas “por que, sabendo o que é o bem, continuamos a agir contra ele?”, concluindo que o problema não é cognitivo, mas volitivo, pois se trata de treinar o assentimento e corrigir os juízos. O objetivo não é levar o ouvinte a pensar o conceito, mas a converter sua disposição interior. É nesse sentido que Epicteto se torna, para Hegel, um exemplo extremamente importante da *paränetische Wendung*, no qual a filosofia deixa de ser investigação do verdadeiro enquanto conceito e passa a funcionar como uma técnica de formação moral, que é destinada a garantir uma liberdade interior que se mantém indiferente a todas às determinações externas.

Além disso, para Hegel, conforme vimos, essa mesma caracterização pode ser estendida a Sêneca e a Marco Aurélio, que representam diferentes graus do mesmo deslocamento da filosofia estoica para a interioridade prática. Em Sêneca, a filosofia já não se apresenta como investigação sistemática do conceito, mas como exortação moral e formação do ânimo, veiculada sobretudo por meio de cartas, tratados edificantes e reflexões voltadas à condução da vida. Embora conserve certa elaboração conceitual e uma linguagem filosoficamente rica, sua reflexão permanece orientada à aplicação prática de princípios já dados, assumindo um tom retórico e parenético. Em Marco Aurélio, esse processo atinge sua forma extrema, para Hegel, as *Meditações* (εἰς ἑαυτόν) não são diálogos filosóficos nem investigações conceituais, mas sim um monólogo interior, no qual o imperador fala consigo mesmo como exercício contínuo de autoconservação espiritual. Para Hegel, Marco Aurélio não pensa com o mundo nem sobre o mundo; o universal não se realiza na objetividade histórica ou institucional, mas é recolhido na interioridade solitária do sujeito. Assim, tanto em Sêneca quanto em Marco Aurélio, a filosofia confirma seu afastamento da especulação e sua transformação em prática de consolação racional e em disciplina interior da vontade, traço característico do estoicismo romano tardio na interpretação hegeliana.

Esse é o diagnóstico de Hegel, a filosofia desse estágio, marcada pelo recolhimento radical, não tem função de mediar o universal e o particular, somente preserva o sujeito do mundo. O pensamento não é reconciliação, mas sim retirada, recolhimento interior. A liberdade é resignação racional e não efetiva do espírito. Hegel ressalta ainda a importância que tem o filósofo Sexto Empírico⁶³, para ele, diferente dos estoicos romanos tardios, o Sexto ainda conserva um interesse teórico. O ceticismo, ao confrontar o estoicismo de maneira sistemática, força a mostrar seus pressupostos e reconhecer suas unilateralidades. Hegel enxerga em Sexto uma fonte filosófica mais relevante do que propriamente moralista, porque nele o pensamento ainda se move e opera de forma negativa sobre os princípios. O que começou como filosofia do entendimento fundada em princípios abstratos, tem seu ápice numa moral da

⁶³ Sexto Empírico foi um filósofo cético do século II d.C., principal representante do ceticismo pirrônico e uma das mais importantes fontes para o conhecimento dessa tradição. Suas obras preservadas, sobretudo os *Esboços Pirrônicos* e os tratados reunidos sob o título *Contra os Matemáticos*, apresentam de forma sistemática os argumentos céticos contra as diversas escolas dogmáticas da Antiguidade. Diferentemente dos estoicos romanos tardios, para Hegel, Sexto não escreve textos de exortação moral, mas desenvolve uma investigação filosófica rigorosa voltada à suspensão do juízo (ἐποχή) e à crítica das pretensões de conhecimento.

interioridade. O espírito repousa, mas aos custos da ciência. Aqui a filosofia antiga não desaparece por erro ou fraqueza, mas sim porque cumpriu historicamente a sua função, que é a de oferecer ao sujeito uma forma de liberdade possível num mundo no qual a vida ética concreta não podia mais se realizar.

Referências

DIÓGENES LAÉRCIO. *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UNB, 2008.

EPICTETO. *O Manual de Epicteto*. Trad. Aldo Dinucci e Alfredo Julien. Sergipe: Editorial Prometeus, 2012.

_____. *Discourses, Fragments, Handbook*. Trad. Robin Hard. Oxford: Oxford University Press, 2014.

HEGEL, G. W. F. *Vorlesungen Über die Geschichte der Philosophie II. Werke 19*. Frankfurt: Editora Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.

_____. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio - I. A Ciência da Lógica*. São Paulo: Loyola, 1995.

MARCO AURÉLIO. *Meditações*. Trad. Aldo Dinucci. São Paulo: Editora Penguin, 2024.

SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste, 2021.